

RADAR FEMINISTA



NO CONGRESSO NACIONAL

14 a 18 de dezembro de 2020

Com o fim das eleições, parlamentares correm para tentar aprovar algumas propostas antes do recesso de final de ano. Neste último Radar do ano (voltaremos na segunda semana de Janeiro), além de uma série de novidades emplacadas pela Bancada Feminina, queremos te convencer a responder à nossa pesquisa de avaliação do Radar.

Dura menos de 10 minutos e é MUITO importante para planejarmos nosso 2021. Sabemos que o final do ano está cansativo, mas até dia 10 de janeiro vamos receber as respostas. [CLIQUE AQUI](#) para responder a avaliação!



Na Câmara, a bancada feminina conseguiu acordo para votação em regime de urgência de uma série de medidas, como parte das ações dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres. Foram aprovados cinco projetos de temas como:

- Tipificação do crime de perseguição;
- Tipificação do combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher;
- Tipificação do crime de violência institucional, incluindo os programas de combate e prevenção de violência contra a mulher como modalidade de projeto apoiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública.

Agora o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher entra como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Para o Consórcio da Lei Maria da Penha, a medida corrobora a tendência a ver a Lei a partir de um viés geral de foco na punição e não de promoção da autonomia das mulheres.

As propostas, de uma maneira geral, avançam em alguns temas, ao tipificar a violência institucional e a violência política, ao assegurar recursos orçamentário para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, mas os seus limites também ficam bastante evidentes. O PL 349/2015, por exemplo, não teve acordo em relação a uma emenda de plenário apresentada pelo PSOL, que alterava a redação substituindo “sexo feminino” por “mulher”, para incluir de forma mais transparente as mulheres trans nessa proteção legal contra a violência política. A emenda foi derrotada.



Também foram aprovados também quatro projetos de resolução que nomeiam diferentes espaços da Câmara com nomes de mulheres.

Como não podia faltar em 2020, tivemos mais uma investida do senador Eduardo Girão (Podemos/CE) contra os direitos das mulheres. Na semana passada ele apresentou o [PL 5435/2020](#), que “dispõe sobre o Estatuto da Gestante”. Apesar da proposta se chamar Estatuto da Gestante, a preocupação do autor é com “a criança por nascer”, na tentativa de proibir toda e qualquer forma de interrupção da gravidez, inclusive nos casos hoje autorizados.

Nesta semana, por acordo com a bancada feminina, o Presidente da Câmara deve colocar em discussão a [PEC 134/2015](#), que reserva vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes: 10% das cadeiras na primeira legislatura; 12% das cadeiras na segunda legislatura; e 16% das cadeiras na terceira legislatura. A proposta é bastante tímida e o acordo feito para o substitutivo aprovado na Comissão Especial, trocou todas as referências a “gênero” por “sexo”. O esforço agora será para ampliar essa porcentagem, já que a paridade, que seria o justo, é praticamente impossível ser aprovada com o perfil conservador que hoje temos. No entanto, ainda é a proposta dos movimentos e organizações que fazem parte da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

No governo federal, teve investida para armar a população, em medida que zera a taxa 20% que era cobrada para a importação de revólveres e pistolas. Publicada para entrar em vigor em primeiro de janeiro de 2021. Nove PDLs já foram apresentados sustando a medida: [PDL 530/2020](#), [PDL 532/2020](#), [PDL 533/2020](#), [PDL 534/2020](#), [PDL 535/2020](#), [PDL 536/2020](#), [PDL 537/2020](#), [PDL 538/2020](#) e [PDL 540/2020](#). No entanto, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin suspendeu a medida, no dia 14 de novembro. Com a decisão de Fachin, fica mantido o imposto de importação atual, que é de 20% sobre o valor da arma. Fachin também determinou que a decisão individual seja submetida à análise do Plenário do Supremo, em data a ser definida.



Vale lembrar que com a eleição das novas prefeituras, veremos muitos municípios discutindo o armamento das Guardas Municipais. Aproveitando a movimentação o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, apresentou o PL 5417/2020 que estabelece normas para publicidade de armas de fogo em todo território nacional.

Chegamos a 7 milhões de casos e mais de 182 mil mortes causadas pela pandemia do novo Coronavírus. Os números voltaram a crescer na maioria dos estados. Enquanto isso, o Governo brasileiro mostra toda a sua ineficiência em planejar a vacinação para 2021 e o ministro da saúde aproveitou para curtir uma festa na casa do governador do Distrito Federal.

Este é o último Radar do ano, mas voltaremos junto com os trabalhos do Congresso, na segunda semana de janeiro. Desde já desejamos que o ano de 2021 nos surpreenda a todas positivamente, com as mulheres e a população brasileira organizadas e nas ruas exigindo e defendendo seus direitos e a democracia, tão massacrados nesses tempos de governo Bolsonaro.

E já que por aqui estão difíceis as alegrias, comemoramos a vitória das argentinas, com a aprovação na Câmara de projeto que legaliza o aborto. Agora, a proposta será debatida pelo Senado do nosso país vizinho.

#AbortoLegal2020 #QueSeaLey #ÉPelaVidaDasMulheres #NemPresaNemMorta

Responda a nossa pesquisa de avaliação do Radar!

[CLIQUE AQUI!](#)



PROPOSTAS APROVADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Cinco Projetos de Lei no campo do enfrentamento à violência foram aprovados na Câmara e seguem agora para o Senado:

1. PL 349/2015, de autoria da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), que dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher. Foi aprovado o parecer da relatora, deputada Ângela Amin (PP-SC), com a proposta de substitutivo.

Como dissemos no início do Radar, PSOL apresentou uma proposta de emenda substituindo “sexo feminino” por “mulher”, para incluir mulheres trans nessa proteção legal contra a violência política. No entanto, a proposta de emenda foi derrotada: 308 votos não, 132 votos sim e 01 abstenção.

Orientaram sim as lideranças do PT, PSB, PSOL, PCdoB, REDE e Minoria; orientaram não PSL, PL, PP, PSD, REPUBLICANOS, PSDB, DEM, SOLIDARIEDADE, CIDADANIA, NOVO, AVANTE, PV e Governo; PDT e Podemos liberaram suas bancadas; e PTB, MDB, PROS, PSC, PATRIOTA e Maioria não se posicionaram. Essa mesma proposta teve o termo gênero retirado de todo o texto à pedido da autora, o que foi acordado pela bancada feminina e incorporado no substitutivo apresentado pela relatora, deputada Ângela Amin (PP/SC).

Infelizmente, teremos uma proposta importante de reconhecimento da violência política excluindo as mulheres trans. Mais um sinal de que a Bancada Feminina não está atuando em consonância com os movimentos feministas

2. PL 123/2019, de autoria da deputada Renata Abreu (PODE-SP), inclui os programas de combate e prevenção de violência contra a mulher como modalidade de projeto apoiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e altera a Lei Maria da Penha, autorizando o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública em ações envolvendo prevenção e combate à violência doméstica e familiar. Aprovado o parecer da relatora, deputada Tabata Amaral (PDT-SP), pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo.

A proposta pode garantir mais recursos para o tema. No entanto, com a baixa execução do Ministério da Mulher e falta de compromisso dos estados, fica a pergunta se só ampliar os recursos vai resolver o problema da falta de prioridade na implementação das políticas necessárias.

PROPOSTAS APROVADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Cinco Projetos de Lei no campo do enfrentamento à violência foram aprovados na Câmara e seguem agora para o Senado:

3. PL 1369/2019, de autoria da senadora Leila Barros (PSB-DF), altera o Código Penal, tipificando o crime de perseguição. Aprovado o parecer da relatora, deputada Shéridan (PSDB-RR), pela aprovação do projeto na forma da Subemenda Substitutiva Global.

Além de incluir no Código Penal o ato de “perseguir ou assediar outra pessoa, de forma reiterada”, incluindo por meios eletrônicos, o projeto estabelece penas que começam em dois anos e avançam de forma cumulativa.

4. PL 4287/2020, de autoria da deputada Margarete Coelho (PP-PI), inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Aprovado o parecer da relatora, deputada Silvia Cristina (PDT-RO), pela aprovação do projeto na forma da Subemenda Substitutiva Global.

O Consórcio da Lei Maria da Penha, do qual fazemos parte, também coloca a questão dessa submissão da violência contra as mulheres à área de segurança pública. Embora o atendimento das ocorrências, o acolhimento das denúncias e todo o ciclo de proteção às mulheres seja fundamental, sem a execução de outras políticas de proteção, acolhimento, promoção da autonomia, o ciclo não vai ser rompido. Por isso a LMP inclui políticas de prevenção de forma integrada em diferentes órgãos.

5. PL 5091/2020, de autoria da deputada Soraya Santos (PL-RJ) e outras, tipifica o crime de violência institucional. Aprovado o parecer da relatora, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo. A deputada Tabata Amaral (PDT/SP) e o deputado Wolney Queiroz (PDT/PE), apresentaram o REQ 2899/2020 e REQ 2900/2020, solicitando a coautoria do PL 5091/2020.

O Projeto aprovado é importante porque nomeia a “violência institucional” na lei sobre os crimes de abuso de autoridade. Inspirada no caso de Mariana Ferrer, a líder da Bancada Feminina dá sinais de que está em sintonia com os casos de violência de maior repercussão no país.

PROPOSTAS APROVADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Quatro projetos de resolução aprovados dando nomes de mulheres a diferentes espaços da Câmara

Foram aprovados e irão à promulgação quatro projetos de resolução apresentados pela deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO): PRC 54/2020, que dá ao corredor de acesso ao Plenário a denominação Tereza de Benguela; PRC 55/2020, que dá ao Plenário 11 do Anexo II a denominação Anésia Pinheiro Machado; PRC 59/2020 que dá ao Plenário 13 do Anexo II a denominação Marília Chaves Peixoto; e, PRC 71/2020 que dá ao Plenário 2 do Anexo II a denominação Ceci Cunha.

Havia uma proposta na Frente Parlamentar Feminista Antirracista de propor que a homenagem no corredor de acesso ao Plenário fosse para a vereadora Marielle Franco, pela sua importância no Parlamento Municipal do Rio de Janeiro. Apesar da proposta não ter avançado, Tereza de Benguela também é muito representativa da luta das mulheres negras por direitos.

Aprovada na Câmara a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância

O PDC 861/2017, sobre o texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, teve aprovado o parecer do relator, deputado Paulão (PT-AL), pela aprovação do projeto. A matéria agora será analisada pelo Senado. A Convenção foi aprovada na Guatemala na Assembleia da ONU em 2013. Em tempos de retrocessos das posições do Brasil em espaços institucionais e de diversos episódios racistas, é um passo rumo a uma vitória simbólica. Esperamos que seja aprovada no Senado.

O Plenário do Senado aprovou o Programa Casa Verde e Amarela

A MP 996/2020 (PLV 41/2020), de Presidência da República, institui o Programa Casa Verde e Amarela. Aprovado o parecer do relator, senador Marcio Bittar (MDB/AC) e a última palavra agora é da Presidência.

PROPOSTAS APROVADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Regulamentação do FUNDEB

PL 4372/2020, de autoria da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) e outros, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aprovado o parecer do relator, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), pela aprovação do projeto na forma da Subemenda Substitutiva Global. Também foram aprovadas as Emenda de redação de nº 1 e 2. A matéria vai ao Senado Federal.

A proposta aprovada na Câmara é criticada por possibilitar que escolas privadas e confessionais tenham acesso aos recursos do Fundo e por autorizar seu uso também para pagamentos de funcionários. A avaliação é que deve aumentar o número de escolas religiosas.

Senado aprova projeto de decreto que susta Portaria que estabelece as diretrizes para a seleção das personalidades notáveis negras, nacionais ou estrangeiras

O texto aprovado é o do parecer do relator, senador Fabiano Contarato (REDE/ES). De autoria do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), o PDL 510/2020 teve emendas. A proposta susta os efeitos da Portaria 189/2020, que estabelece as diretrizes para a seleção das personalidades notáveis negras, nacionais ou estrangeiras, a serem divulgadas no sítio eletrônico da Fundação Cultural Palmares. A matéria ainda vai à Câmara dos Deputados.

Proposta que garante tratamento digno à vítima de crime contra a dignidade sexual é aprovada no Senado

O senador Fabiano Contarato (REDE/ES) também aprovou o PL 5117/2020, que altera o Código de Processo Penal, para garantir tratamento digno à vítima de crime contra a dignidade sexual. Aprovado o parecer da relatora, Rose de Freitas (PODEMOS/ES), do projeto com emendas. Mas vai para a Câmara dos Deputados.

EXECUTIVO

O Executivo parece mesmo disposto a avançar na pauta moral, mesmo sem ter avançado nas reformas neoliberais na economia. Na última semana, três Decretos deram o tom do problema:

1. Decreto nº 10.568, de 9 de dezembro de 2020, institui o Comitê Intersetorial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.
2. Decreto nº 10.570, de 9 de dezembro de 2020, institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Interministerial.
3. Portaria nº 3.175, de 10 de dezembro de 2020, institui o Projeto-piloto Qualifica Mulher.

Além disso, foi anulada a portaria, recém publicada pelo próprio governo, que regulamentava diretrizes para as políticas LGBTTs. A Portaria nº 31, de 7 de dezembro de 2020 anula a Portaria nº 24, de 12 de novembro de 2020, que regulamenta as diretrizes para as políticas públicas de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no âmbito da Secretaria Nacional de Proteção Global. A publicação está no Diário Oficial da União nº 233, de 07 de dezembro de 2020.

EM PAUTA NA SEMANA

O deputado Rodrigo Maia, como parte do acordo que fez com a bancada feminina se comprometeu a colocar em pauta a PEC 134/2015. A proposta tramita com duas outras PECs apensadas: PEC 205/2007, que fixa reserva de vaga na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para mulheres; e PEC 371/2013, que fixa reserva de vaga para mulheres na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

E lá vem mais problemas para as mulheres

PL 5435/2020, de autoria do senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), dispõe sobre o Estatuto da Gestante. Logo no primeiro parágrafo o autor já inclui uma alteração na Constituição, ao considerar o direito à vida desde a concepção: “Art. 1º Esta lei dispõe sobre a proteção e direitos da Gestante, pondo a salvo a vida da criança por nascer desde a concepção”. Proposta semelhante tinha sido apresentada em 2019, o Estatuto da Gestante e da Criança por Nascer (PL 3406/2019) mas, em fevereiro deste ano, foi retirada por decisão do próprio autor, que reapresenta agora o PL 5435/2020, com um título mais curto, mas com o mesmo sentido: inviabilizar toda e qualquer forma de aborto no Brasil.

O senador Eduardo Girão já é nosso conhecido, por ser um ferrenho opositor dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Atualmente tramitam no Senado outras duas propostas apresentadas por ele: o PL 848/2019, que tornar obrigatória a divulgação de informações de caráter educativo e preventivo que possam contribuir para a redução da incidência da gravidez na adolescência e alertar sobre os graves riscos inerentes à prática do aborto; e o PL 2633/2019, que entre outras coisas, proíbe o aborto preventivo em doenças causadas pelo Aedes Aegypti.

Direito de troca de turno para lactantes

PL 5459/2020, de autoria do deputado Cleber Verde (REPUBLIC/MA), dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho no que se refere a lactantes, assegurando direito a troca de turno para cuidar do filho e pagamento de indenização para quem descumprir.

Aumento de pena para feminicídios contra pessoa com deficiência

PL 5445/2020, de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), altera o Código Penal, a fim de aumentar as penas dos crimes de feminicídio e lesão corporal quando praticados contra pessoa com deficiência.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Novas propostas para proteção de testemunhos de vítimas e testemunhas

INC 1206/2020, de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), sugere ao Ministério da Justiça e Segurança Pública medidas para readequação do formato original e inserção de depoimento especial como um direito da vítima de crime sexual.

PL 5483/2020, de autoria do senador Wellington Fagundes (PL/MT) altera o Código de Processo Penal para estabelecer parâmetros éticos a serem observados pelas autoridades para a oitiva de vítimas e testemunhas e tornar obrigatória a gravação audiovisual de toda colheita de prova oral, além de garantir a sustentação oral nos julgamentos colegiados.

REQ 2922/2020, de autoria do deputado Ricardo Silva (PSB/SP), requer a inclusão na Ordem do Dia do PL 5219/2020, de sua autoria, que “Normatiza a escuta especializada e o depoimento especial da mulher vítima ou testemunha de violência”.

Possibilidade de registrar dupla maternidade ou paternidade aos casais homoafetivos

PL 5423/2020, de autoria da deputada Maria do Rosário (PT/RS), acrescenta o Art. 60-A a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade aos casais homoafetivos que tiverem filhos.

Proposta sugere isenção de contribuições previdenciárias sobre o salário maternidade

PL 5429/2020, de autoria do senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), isenta o salário-maternidade da incidência de contribuições previdenciárias.

PSOL questiona o Programa Titula Brasil que favorece a ocupação ilegal de terras públicas

PDL 528/2020, apresentado pela deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) e mais nove do PSOL, susta os efeitos da Portaria que institui o Programa Titula Brasil.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Prioridade para mulheres chefes de família no Programa Casa Verde e Amarela

RQS 2869/2020, de autoria da deputada Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), destaque para votação em separado da Emenda nº 101, apresentada à MPV nº 41/2020, que prioriza as mulheres chefes de família e famílias com pessoas com deficiência ou criança no Programa Casa Verde e Amarela.

Proposta sugere medidas antirracistas na administração pública e na iniciativa privada

PL 5415/2020, de autoria do deputado Damião Feliciano (PDT/PB), tipifica sanções penais, administrativas, civis, econômicas e fiscais contra ações ou omissões relativas à prática de racismo, discriminação, preconceito e intolerância, e estabelece ações e medidas de integridade e conformação a práticas antirracistas e antidiscriminatórias na administração pública e na iniciativa privada.

Cotas para negros e negras e indígenas

PRS 56/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), reserva 20% (vinte por cento) das funções comissionadas e dos cargos em comissão do Senado Federal para negros e pardos.

PRC 76/2020, apresentado pela deputada Benedita da Silva (PT/RJ) e mais 36 do PT, acrescenta à Resolução da Câmara dos Deputados, artigo para tornar cláusulas necessárias dos contratos de serviços objeto de execução indireta o compromisso de promoção da igualdade racial pela contratada e a reserva de pelo menos 30% (trinta por cento) dos postos de trabalho a empregados negros.

PL 5476/2020, de autoria da deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), dispõe sobre reserva de vagas para indígenas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos integrantes dos quadros permanentes de pessoal do poder legislativo, judiciário e executivo e das entidades de sua administração e indireta, no âmbito da União.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Proposta tipifica e aumenta pena de assassinatos que possam ter como pano de fundo a questão racial

PL 5404/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), altera o Código Penal e a lei que dispõe sobre os crimes hediondos, classificando como crime qualificado e crime hediondo o homicídio ou feminicídio praticados em razão de raça, cor ou etnia.

PL 5477/2020, de autoria do deputado Helder Salomão (PT/ES), altera a Lei n. 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a necessidade de instituição de corregedorias, de ouvidorias e de cursos de formação que contemplem educação em direitos humanos e igualdade racial como critérios para recebimento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Gênero neutro, linguagem inclusiva, por que tudo isso incomoda tanto a direita?

PL 5422/2020, de autoria do deputado Julio Cesar Ribeiro (REPUBLIC/DF), altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para proibir a utilização de gênero neutro na língua portuguesa.

VALE A PENA CONFERIR!



Avaliação do Radar Feminista no Congresso Nacional -> até 10 de janeiro

Nesta avaliação, queremos saber o que vocês acharam do Radar Feminista, se tem críticas e sugestões para que ele fique cada vez melhor. O formulário tem duas partes, mas é super super rápido! Obrigada por participar! [CLIQUE AQUI!](#)



Podcast Cara Pessoa

Cara Pessoa – O corpo da mulher num mundo patriarcal. O podcast é uma iniciativa da Folha de São Paulo e da ONG Conectas, o assunto é direitos sexuais e reprodutivos.



Instituto Humanistas Unisinos

Entrevista especial com Céli Pinto: a grande maioria das mulheres eleitas em 2018 são jovens, ligadas às igrejas, e de direita.



Dossiê Vidas em Luta

Dossiê do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH). O material se debruça sobre os anos de 2018 ao primeiro semestre de 2020.



Metrópoles

CPI do Femicídio diz haver só 2 profissionais para fazer aborto legal no DF



Radar elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.